

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO
AO PROJETO DE LEI Nº 575, DE 2025

Disciplina a atividade de comércio ambulante.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei disciplina o exercício da atividade de comércio ambulante em todo o território nacional, observados os princípios da livre iniciativa e da mínima intervenção estatal nos termos da lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.

Art. 2º Considera-se comerciante ambulante a pessoa que, usando propriedade privada própria ou de terceiros consensuais, comercializa bens em logradouros públicos sem afixação de quaisquer estruturas.

Art. 3º A atividade de comércio ambulante sujeita-se à fiscalização dos órgãos municipais e estaduais competentes, nos termos da legislação local e nos limites desta lei.

Parágrafo único. Estados e Municípios poderão regulamentar a atividade exclusivamente quanto ao uso e ordenação do espaço público, respeitados os princípios da razoabilidade e da livre iniciativa.

Art. 4º A apreensão de mercadorias somente ocorrerá quando houver fundada suspeita de ilicitude da origem do produto ou de descumprimento de normas sanitárias, observado o seguinte:

§1º Presume-se a boa-fé do comerciante ambulante, competindo à autoridade fiscal apresentar indícios objetivos da irregularidade.

§2º Deverá o comerciante, caso não seja o fabricante, possuir documento que comprove sua aquisição mediante notas fiscais, recibos ou documentos de efeito equivalente.



§3º Para fins de verificação dos requisitos sanitários, de qualidade e garantia, o comerciante ambulante deverá garantir condições mínimas de inspeção dos produtos.

§4º No caso de alimentos e bebidas, deverá o comerciante ambulante apresentar informações que permitam a fiscalização quanto à segurança sanitária, inclusive mediante amostra do produto quando solicitado.

§5º No caso de bens industrializados, deverá disponibilizar, quando solicitado, documento ou identificação que possibilite rastrear a origem e a respectiva garantia ao consumidor.

§6º Será garantido ao comerciante ambulante prazo de 15 (quinze) dias para apresentação posterior de documentação comprobatória da licitude, antes da aplicação de penalidade de apreensão e perdimento.

§7º Produtos perecíveis apreendidos deverão receber destinação conforme regulamentação sanitária.

Art. 5º A formalização e a capacitação profissional dos comerciantes ambulantes poderão ser incentivadas pelos entes federativos, em parceria com instituições privadas e do terceiro setor, de forma facultativa.

Art. 6º Aplica-se à atividade o disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, sendo vedado o trabalho de menores de 14 anos.

Art. 7º A autoridade fiscalizadora que praticar ato de apreensão ou restrição ao exercício da atividade de comércio ambulante em desconformidade com os procedimentos, limites e garantias previstos nesta Lei sujeitar-se-á à responsabilização administrativa, civil e penal, conforme legislação vigente, caracterizando-se, quando cabível, abuso de poder, ato arbitrário (art. 350 do Decreto-Lei nº 3.688/1941), prevaricação (art. 319 do Código Penal) ou demais tipos correlatos.

§1º Considera-se irregular o ato fiscal sem motivação formal, sem indicação

objetiva da suposta irregularidade ou que desconsidere o prazo legal para



apresentação posterior de documentos, hipótese em que o procedimento será nulo de pleno direito.

§2º O termo de apreensão deverá conter a descrição individualizada dos bens, fundamento legal aplicado, identificação do agente responsável e via entregue ao comerciante, sob pena de nulidade e responsabilização funcional.

§3º A responsabilização prevista neste artigo é independente e cumulativa nas esferas administrativa, civil e penal, nos termos do art. 37, §6º, da Constituição Federal.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado Gilson Marques
Relator

Deputado Beto Richa
Presidente

